

Antônio de Pádua Ribeiro

# Reflexões Jurídicas

*Palestras, Artigos & Discursos*

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

## Em Defesa da Causa da Humanidade

Meus caros afilhados, glória maior não pode haver para um professor do que ser honrado com sua escolha para paraninfar Turma de ex-alunos seus.

A vida dos professores, de modo geral, é palmilhada por injustiças e incompreensões. Com frequência, horas de dedicação e de esforços são desfeitas por simples incidente, de natureza secundária, no curso de uma aula. Os seus castelos consubstanciados nas idéias a projetar são abalados em suas estruturas e esvaem-se como se fossem areia. São esperanças que não se converteram em realidade. São frustrações que irão somar-se ao seu sacrifício diário na luta pela vida.

Ser distinguido pelos alunos constitui notável lenitivo para o professor, a fim de que estimule a sua vocação e não perca a sua fé nos destinos grandiosos que estão a esperar pelas novas gerações.

Somos, em nosso próprio nome e no dos ilustres Professores Flávio Barroso e Cláudio Fonteles, cordialmente gratos aos nossos diletos ex-alunos de ontem e estimados colegas de hoje.

Constitui tarefa difícil, superior mesmo às nossas forças, poder, neste momento grandioso e solene, enviar-vos uma mensagem que efetivamente possa traduzir tudo aquilo que temos a dizer-vos.

Pretendemos, por isso, elogiar a função do advogado, do cultor do Direito, porque, em assim procedendo, estaremos a homenagear-vos pela grande opção que exercerdes.

Todas as profissões são honradas e belas. Acreditamos, porém, que poucas são tão vibrantes, tão ligadas à sociedade, tão vinculadas à alma humana como a do advogado.

O advogado não pode ser um mero espectador de estatísticas, nem um frio calculista, nem um impassível diante da doença, da miséria e do sofrimento. Mas, ao contrário, um homem que participa, que tem senso de realidade, que respeita a técnica, porém abomina a tecnocracia. Se o seu cliente está a progredir, auxilia-o para que esse progresso ocorra em bases sólidas. Se, ao invés, acha-se em situação de adversidade, procura mostrar-lhe o caminho da solução.

Enfim, o advogado é aquele que, na sociedade, tudo faz para minorar os momentos de sofrimento e prolongar os de felicidade daqueles que nele confiam. Ele encarna o exercício do mais belo e do mais sagrado de todos os direitos: o direito de defesa.

A Constituição da República assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil os direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade.

É o causídico quem, na função de advogado, defende direitos tão fundamentais da pessoa humana, ou, na qualidade de membro do Ministério Público, os da sociedade ameaçada pela prática de ilícitos penais.

Impetrando *habeas corpus* ou atuando em processo criminal, defende o dom mais precioso que o ser humano pode possuir: a liberdade.

Já na Roma primitiva, a degradação máxima que podia alcançar a pessoa humana era a perda da liberdade, que a reduzia à condição de escravo, isto é, de objeto desprovido de personalidade. Para chegar a tão aviltante situação, perdia primeiro o *status familiae* e, em seguida, o *status civitatis*. Só, por último, a sua liberdade. Consistia a perda daquela na *capitis diminutio maxima*.

Como na vida em sociedade não é possível uma liberdade sem limitações, porque isso seria incompatível com a própria liberdade, os Estados, por intermédio da lei, estabeleceram o sistema da “liberdade com responsabilidade”. Nós temos o direito de ser livres até onde não atinjamos o direito de liberdade dos nossos semelhantes ou a segurança da coletividade da qual fazemos parte.

A incorporação da liberdade no campo da teoria geral do direito foi muito bem caracterizada pelo notável jurista Carlos Cossio, trabalhando a teoria pura de Kelsen. Enquanto o grande mestre de Viena realçou o aspecto sancionador das normas jurídicas, o brilhante professor argentino pôs em relevo o aspecto liberdade, ao inverter, no juízo hipotético de Kelsen, as normas primária e secundária, unindo-as com a disjuntiva “ou”, isto é, “dado um fato temporal,

deve ser a prestação” ou “dada a não prestação, deve ser a sanção”. Em outras palavras, a regra é a liberdade, ou seja, tudo o que não está juridicamente proibido é permitido; e a exceção consiste na sanção, isto é, constitui esta mera decorrência do descumprimento do preceito consubstanciado na endonorma.

Se alguém, no entanto, abusa do seu direito de liberdade e pratica ilícito penal, fica sujeito à supressão temporária daquele direito.

Com efeito, o Estado não protege apenas o direito à liberdade, mas também o direito à vida, à segurança individual e coletiva e à propriedade.

Em tais circunstâncias, o advogado, já agora na função de membro do Ministério Público, irá defender não a liberdade do cidadão acusado de crime, mas o direito da sociedade de puni-lo.

Segundo Celso o direito *é a arte do bom e do equitativo*, conceito assim complementado por Ulpiano: *consta de três preceitos: viver honestamente, não lesar a outrem, dar a cada um o que é seu*.

O Direito não se confunde com a Justiça porque é apenas o caminho para atingi-la. A Justiça, em sua pureza, somente é alcançável em Deus, porquanto é perfeita, e as deficiências humanas são incompatíveis com a perfeição.

Porque os homens são imperfeitos, e o Estado tem compromisso com o Direito, que consiste num conjunto de princípios e normas coercitivamente impostas para regular a vida em sociedade, é imperioso que se assegure àqueles que tenham os seus direitos violados pela desonestidade alheia o poder de invocar a proteção jurisdicional do Estado. Surge o direito subjetivo de ação, que é o direito de pedir em juízo aquilo que nos é devido.

Se o advogado é o defensor da parte e o membro do Ministério Público, o defensor da sociedade, o Juiz é aquele a quem cabe distribuir a Justiça.

O Juiz é o fiel da balança. Para exercer com imparcialidade os misteres do seu cargo, o Estado lhe assegura garantias políticas e jurídicas. Não está subordinado a ninguém e a nada, senão à lei, decidindo livremente segundo a sua ciência e a sua consciência.

Enfim, o advogado é a vibração; o juiz, o equilíbrio; o membro do Ministério Público, ora meio advogado, ora meio juiz.

Essas são as três auspiciosas funções que vos esperam; dentre elas, deveis escolher uma, movidos apenas pela vocação.

Vocação é o encontro da pessoa consigo mesma: consiste no descobrimento da missão que nos foi confiada pela Providência Divina. Sem vocação, nenhuma carreira levará à auto-satisfação.

Aquele que descobre a si mesmo, encontra diante de si um universo de grandezas, que poderá levá-lo a dimensões não sujeitas às limitações espaço-temporais.

As dificuldades, longe de se configurarem como óbices aos objetivos alvitrados, traduzir-se-ão em motivação para vencer as pedras do caminho.

Queremos lembrar-vos, eminentes afilhados, duas regras que deverão servir-vos de norma atinente ao exercício profissional: que tenhais compromisso com a simplicidade e que sejais homens de idéias superiores.

As coisas em si mesmas são simples; a nossa ignorância é que as complica. No entanto, muitas vezes, é longo o caminho para alcançarmos a simplicidade. A simplicidade é a via mais curta para atingirmos a compreensão. Torna-nos invulneráveis às lisonjas, não nos deixa contagiar pelas glórias passageiras, nem permite que sejamos levados ao ridículo resultante da falsa compreensão da realidade. A simplicidade não é incompatível com a grandeza, porque é a grandeza em si mesma.

De outra parte, as idéias se revestem de forças incomensuráveis, que se projetam além das épocas, como uma ponte encantada que une as gerações.

A Faculdade que vos conferiu o grau de bacharel é um desses produtos da força da idéia. Traduz-se no resultado do idealismo de poucos professores, desprovidos de recursos materiais, mas unidos por ideais superiores, convertidos em realidade pelo ilustre presidente desta solenidade, Professor Alberto Peres.

A idéia consiste num ente que está acima de nós, do qual precisamos para viver, embora se estenda além da nossa vida.

Um homem sem idéias morre com a morte física; um homem de idéias vive para todo o sempre.

Ao terminarmos, caros afilhados, queremos dirigir-vos uma palavra de confiança: dizer que confiamos em vós.

Nós somos menos o que efetivamente somos e mais o que os outros foram por nós. Em razão disso, os professores têm a veleidade, muitas vezes, de considerar os seus alunos como uma espécie de projeção do seu espírito. Nós, penitenciando-nos da ousadia, entre eles nos incluímos. E, ao fazê-lo, queremos manifestar-vos uma profissão de fé.

Estamos numa fase da História em que a tecnocracia tem prevalecido sobre os valores humanos, em que o amor ao progresso material tem postergado os princípios maiores de respeito à pessoa humana, em que a fome campeia no universo, ao lado de riquezas jamais concebidas. É a era do homem-máquina, a época da massificação, em que o ser humano, com as suas incomensuráveis grandezas interiores, é transvestido em desprezível peça do organismo social. O que importa são os fins e não os meios, por mais perniciosos que sejam.

Neste mundo de ética tão condenável, torna-se fácil constatar o abismo que separa o homem de si mesmo e as inevitáveis conseqüências negativas traduzidas

na angustiada vida dos povos. Nas ruas, ao invés dos nomes de heróis, de pessoas que deram a vida e colaboraram, com desprendimento, para a formação dos superiores valores culturais da Pátria, colocam-se nomes de letras e de números. Nas faculdades, aboliram-se as provas orais. Nos vestibulares, o conhecimento é apurado pela letra x, que, paradoxalmente, significa indeterminação.

Desconhecer a tradição é negar o nosso passado repleto de estoicismo e de fé reditiva no futuro da nacionalidade. É desprezar a espada de Osório, expressão da coragem e do destemor; a de Caxias, o Pacificador, símbolo da unificação nacional, e a de Tamandaré, manifestação da nossa soberania nos rios e nos mares. É renegar a grandiosidade de Deodoro e de Floriano, os fundadores da República. É esquecer-se dos nossos irmãos que, na Itália, serviram de holocausto à causa da liberdade. É olvidar os princípios que informaram os movimentos políticos que retiraram o Brasil da beira do caos para conduzi-lo pelos caminhos grandiosos que lhe estão reservados pela História.

Cremos, no entanto, que sois capazes de, com zelo e perseverança, levar a nossa Pátria à defesa da causa do Humanismo, referida no juramento que acabastes de proferir, a qual está consubstanciada nesta máxima do Cristianismo: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a vós mesmos.”

Como recordastes no convite de formatura que nos endereçastes, citando o notável processualista Piero Calamandrei, “o Pretório é jovem e tem a juventude diante dele.”

\* Discurso proferido em 13 de dezembro de 1974, como paraninfo da turma de bacharéis em Direito do CEUB, 2º semestre, Auditório do Colégio Maria Auxiliadora, Brasília – DF.